

O BRASIL DE UM 'TRISTE VISIONÁRIO'⁴

Ana Paula Poll⁵

Nós, os brasileiros, somos como Robinsons: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou.

Lima Barreto

RESUMO

Um jornalista, cronista e romancista compreendeu, como poucos, as principais características da organização social e política brasileira. Lima Barreto descreveu, satirizou e ironizou nossas principais mazelas. Ele coloca-nos, hoje, diante das contradições que remitentes insistem em nos acompanhar ao longo de séculos. Em sua obra póstuma “Os Bruzundangas”, ele nos remete à ausência de participação em processos decisórios acerca da vida coletiva e também à nossa estranha idolatria aos povos do norte e suas instituições. A violência e o

⁴ “Triste Visionário” é o título da extensa biografia de Lima Barreto escrita por Lilia Moritz Schwarcz, em 2017.

⁵ Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela UFRJ. Professora associada na Universidade Federal Fluminense. E-mail: anapaulapoll@yahoo.com.br.

centripetismo do poder patriarcal aparecem em suas críticas à República erigida e conduzida em termos pouco republicanos. Essas credenciais tornaram Lima Barreto referência obrigatória nas aulas de Cultura Política Brasileira e o aproxima de autores clássicos do Pensamento Social Brasileiro. Lima Barreto descreve de maneira minuciosa e irônica nossa organização social e política ao mesmo tempo que parece elaborar textos autobiográficos, revelando-nos sua trajetória de vida. E tornando evidente que a literatura também pode ser uma forma de resistência. Lima Barreto revela problemas que seriam analisados, nas décadas seguintes, por Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, entre outros. Neste capítulo, argumento sobre a relação de proximidade entre a obra literária de Lima Barreto e alguns dos clássicos do pensamento social brasileiro. A história idílica que contamos sobre a emergência de nossa nação: uma mistura pacífica de raças que mais tarde convenciamos chamar de ‘democracia racial’ revela também nossas profundas contradições. A possibilidade de compreendê-las e assim compreender a gênese das violências com as quais lidamos hoje poderá oferecer possibilidades, sem esquecimentos, para construir um futuro colaborativo entre cidadãos. Sem essa compreensão seguiremos como naufragos, aguardando que um navio, ou um salvador da pátria mais comumente, venha nos resgatar.

Palavras-chave: Lima Barreto; Cultura Política Brasileira; Patriarcado.

PREÂMBULO

O trecho da obra “Transatlantismo”, que assume neste trabalho o papel de epígrafe, tem auxiliado na explicação da passagem de “Raízes do Brasil”, especificamente no trecho em que Sérgio Buarque de Holanda afirma que nós, os brasileiros, “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (1995, p. 31). Nas aulas de Cultura Política Brasileira, para os alunos de graduação do curso de Administração Pública, essa parece ser uma dúvida frequente. E foi essa mesma inquietação que motivou a elaboração das reflexões que serão apresentadas aqui. Por que ‘desterrados em nossa própria terra’? Por que Robinsons ‘à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou’? O objetivo deste capítulo é argumentar que Lima Barreto descrevia o Brasil e sua insipiente República, ou inexistente – já que a organização política brasileira se resumia à ordem privada, com enorme acuidade. Uma capacidade que atribuiríamos aos que se dedicam, como ofício, à compreensão nuançada das relações sociais, das visões de mundo e à compreensão de todos os demais aspectos subjetivos que constituem a vida cultural e política de um povo. Pretende-se argumentar que a

obra literária de Lima Barreto, morto em 1922, encontra na análise sociológica sobre o Brasil da década de 1930, ressonância. É possível observar através da obra de Lima Barreto uma compreensão arguta e crítica do que era o Brasil, suas relações sociais e sua vida política no início do século XX.

O paralelo entre a obra literária de Lima Barreto e as análises acadêmicas que objetivaram compreender o Brasil e a sua organização política nacional é evidente. Refiro-me especialmente aos trabalhos de Nestor Duarte,⁶ Sérgio Buarque de Holanda,⁷ na década de 1930, e ao trabalho de Raymundo Faoro⁸ na década de 1960. Em todas essas obras, que se tornaram clássicas do pensamento social brasileiro, e a partir de suas análises acerca da realidade do país, depreende-se uma visão crítica e pessimista sobre o Brasil, e as razões são distintas. Entre elas: o centripetismo da casa grande na vida política nacional, o legado da escravidão e do racismo, a misoginia, ausência de associativismo e cooperação entre os indivíduos para acordos coletivos duráveis, o coronelismo, o patrimonialismo, entre outros, a lista é longa. Essa proximidade entre análise acadêmica e obra literária tornou Lima Barreto citação obrigatória nas aulas de Cultura Política Brasileira.

SOBRE LIMA BARRETO E O RACISMO

A biografia deste romancista, jornalista e cronista brasileiro (Schwarcz, 2017) nos revela a existência de um *outsider*. Seja porque sua história pessoal faz parte das inúmeras histórias da escravidão e da luta pela liberdade plena no país, seja porque assim parecia sentir-se na antiga Escola Politécnica⁹ do Largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro. O reconhecimento pelo seu trabalho só viria décadas mais tarde, o reconhecimento da obra de um Lima Barreto também embranquecido pelos retratos. O embranquecimento foi o mecanismo social que o Brasil e os brasileiros adotaram para lidar com o racismo e com as consequências da escravidão concebida como um valor entre nós, valor que permeou todas as camadas de nosso tecido social. Um mecanismo que reproduz o racismo de modo sub-reptício e insidioso. O embranquecimento como forma de ascensão social para os filhos de negros libertos, como vemos em Oracy Nogueira (2006), perpetuou entre nós o “Preconceito de Marca”. Uma forma *sui generis, vis à vis*

⁶ A Ordem Privada e a Organização Política Nacional.

⁷ Raízes do Brasil.

⁸ Os Donos do poder, a formação do Patronato Político Brasileiro.

⁹ Prédio que hoje abriga o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ).

o preconceito adotado onde a distinção entre negros e brancos foi instituída no ordenamento jurídico, refiro-me ao *Apartheid* e às Leis *Jim Crow*. Um racismo que, por força de seu mecanismo, criou situações igualmente esdrúxulas. Vivemos em uma sociedade em que as pessoas não se percebem racistas, a despeito de cometerem práticas evidentemente racistas de modo cotidiano. É uma espécie de “preconceito reativo”, ou melhor, “o preconceito contra o preconceito”, sobre o qual nos advertira Florestan Fernandes (1972).

O legado de uma sociedade racista, oligárquica e excludente para um escritor negro o tornaria um *outsider*; e também um arguto observador, capaz de compreender de modo profundo nossas contradições. A primeira delas, termos uma ‘*res publica*’ em cada casa e, assim, nos afastarmos brutalmente dos ideais republicanos. Ideais que exigem a percepção do outro, como um cidadão igual a nós mesmos, em valor e consideração. Nada mais distante de tudo aquilo que Lima Barreto parece ter visto e vivido em sua própria trajetória de vida.

É preciso destacar que sua visão crítica e, por vezes, pessimista sobre o Brasil e os brasileiros não poderia ser resultante de uma espécie de ‘complexo de vira-latas’ introduzido em nossas mentalidades pela *intelligentsia* uspiana, seria anacrônica tal justaposição. Ademais, em “Os Bruzundangas”, escrito na década de 1920, o próprio romancista já satirizava nossa idolatria pelos povos do norte. Assim, considerar o que vem de fora melhor (especificamente, se vindo do hemisfério norte) incluindo as pessoas e seus comportamentos, não parece ser um hábito recente entre nós. Tampouco parece ter sido promovido por teses acadêmicas. Como minucioso observador do comportamento social brasileiro, Lima Barreto descreveu com sátira nossos esforços para reproduzir na *terra Brasilis* o que se podia observar, em outro contexto, no hemisfério norte. Podemos então aproximar as interpretações de clássicos do pensamento social brasileiro àquelas contidas na obra de Lima Barreto, ou melhor, em parte dela. Que Brasil foi sentido, percebido e vivido pelo ‘Triste Visionário’?

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, O PATRIARCADO E A CORRUPÇÃO

Quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi aberto, em 1838, iniciou suas atividades buscando elaborar uma narrativa sobre o Brasil que pudesse fornecer subsídios para justificar a criação de uma nova nação, tornada politicamente independente em 1822. Buscava-se uma narrativa para contar a História do Brasil, recém-independente de Portugal. Para a realização desse ambicioso empreendimento ganhou a proposta do naturalista bávaro Karl von Martius, no concurso promovido pelo Instituto. Assim nascia, ainda no Brasil

Imperial, a narrativa acerca da 'mistura' dos povos e 'raças' que caracterizaria a maneira como somos iniciados nessa disciplina escolar. Mas, foi durante a Primeira República que ganhou reforços de autores como Oliveira Viana, Artur Ramos e Gilberto Freyre. Consolidava-se nesse momento uma história idílica sobre o Brasil e sua gênese. Nela a mistura racial era apresentada como nossa potência e força distintiva *vis à vis* outros povos e nações. É preciso esclarecer que essa narrativa emergia como resposta às políticas de caráter eugenista que já havíamos adotado, trazendo para o país colonos italianos e alemães para 'embranquecer a nação'. E, sobretudo, como resposta à argumentação de 'darwinistas sociais' que viam na mistura das raças, o caminho para a degenerescência da população. Seja no século XIX com Gobineau, seja no início do século XX sob o impacto dos trabalhos de Nina Rodrigues sobre "As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil", o país convivia com o 'racismo científico'. O que de fato não era prerrogativa nacional, contudo, tais argumentos cruzavam o atlântico e ganhavam acolhida alvissareira em terras brasileiras.

Assim, no início do século XX, em meio à emergência do 'racismo científico' e de políticas públicas eugenistas, emergia a ideia romantizada de uma certa harmonia entre as três 'raças' que formavam o Brasil. O ensaístico trabalho de Gilberto Freyre, "Casa Grande e Senzala" oferecia argumentos para consubstanciar o que Artur Ramos convencionou chamar de 'Democracia Racial' brasileira. E que se tornaria desde então, nosso mito, no sentido malinowskiano do termo, fundador. Ou seja, a maneira como pensamos e percebermos a nós mesmos, nossa origem e brasilidade. E assim construímos um sentimento de pertencimento a uma comunidade. Sob essa perspectiva antropológica, os mitos também são capazes de revelar nossas próprias contradições. Contudo, uma vez consolidados, os mitos de origem obliteram as narrativas dissonantes e tendem a fixar aquela que é hegemônica. Desse modo, essa narrativa mítica tornada história revela mais sobre nós mesmos e sobre como representamos mentalmente a realidade social em que vivemos do que sobre o Brasil factual, qual seja, um país racista e desigual. Como um país que historicamente tem alijado sua população da participação de processos decisórios acerca dos rumos da vida coletiva, poderia ter vivenciado alguma forma de democracia? Como um país escravocrata por quatro séculos, e que não condenou moralmente a escravidão poderia ter experimentado a democracia racial? A resposta para essas questões não é simples e tomaria o tempo que não temos neste trabalho. Mas essas perguntas sugerem a necessidade de reflexão sobre os fatos que marcavam o país durante o período em que o cronista Lima Barreto escrevia, com muita sátira, sobre o Brasil que observava.

A ascensão da República representava também a consolidação da oligarquia rural brasileira. O centripetismo da Casa Grande descrito por Nestor Duarte (1939) tornava evidente que a organização política nacional era essencialmente privada, longe estava de ser realmente *res publica*. Descrevendo a relação centrípeta que a Casa Grande exercia sobre a vida pública e sobre o cenário político brasileiro, Nestor Duarte destaca a força da sociedade colonial e do patriarcado na organização de nossa Primeira República. O processo decisório permanecia circunscrito aos limites da propriedade rural e conduzido exclusivamente pelo patriarca. A família patriarcal teria sido sempre o núcleo do poder político brasileiro. Qualquer forma de resistência era perseguida ou aniquilada por esse poder. Nesse contexto as cidades eram, por si só, formas de resistência às relações patriarcais, por isso sempre preteridas ao longo dos séculos XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX.

Os núcleos urbanos que emergiram como organizações políticas autônomas à vida rural enfrentaram sempre a resistência dos senhores de engenho. Só na segunda metade do século XX, entre 1950 e 1980 é que Brasil experimentaria a intensificação da urbanização, na verdade experimentamos um verdadeiro êxodo rural neste período. Marcado pelo projeto de modernização (autoritária) que alteraria o modal econômico agroexportador por outro, o industrializado. Esse êxodo evidenciava a relação de dependência do camponês em relação ao proprietário de terras. Evidenciava igualmente a concentração fundiária que sempre caracterizou nossa história. A consolidação das leis trabalhistas (1943), garantindo direitos apenas aos trabalhadores urbanos,¹⁰ e a situação no campo concorreram para transição do Brasil rural para o urbano. O trabalhador rural, meeiro, parceiro, foreiro ou mesmo o empregado sob condições precárias via na cidade oportunidades que o campo jamais ofereceu.

Não há consenso sobre a matéria, mas é inegável que a promulgação da Lei de Terras (1850) concomitante à promulgação da Lei Eusébio de Queiroz¹¹ (1850) contribuiu para consolidação desse modelo patriarcal ao promover a concentração fundiária. Além de impedir a livre ocupação de terras, essa lei selou o destino dos negros libertos, qual seja: o trabalho análogo à escravidão. E perpetuou a enorme desigualdade que já caracterizava uma nação escravocrata. Não houve qualquer reparação ou indenização pecuniária para os negros libertos,

¹⁰ Os direitos garantidos aos trabalhadores da indústria só foram estendidos aos trabalhadores rurais com a Constituição de 1988.

¹¹ Proibia a entrada no Brasil de escravos vindos da África. A lei foi uma resposta à Inglaterra que pressionava pelo fim do tráfico de escravos no Atlântico Sul.

tampouco poderiam ocupar livremente terras. Era necessário pagar por um título de propriedade. Permaneciam vinculados, mesmo após o fim formal da escravidão, ao poder patriarcal, única forma de organização política que nossa Primeira República conheceu. Mas situação muito diferente pode-se ler nos versos do hino da Proclamação de nossa República:

Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.
Somos todos iguais! Ao futuro
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, ovante, da Pátria no altar!

A contradição entre o ideal projetado nos versos do hino e os fatos que marcaram nossa Primeira República é reveladora da dimensão das pretensões de esquecimento acerca das violências praticadas. Tornando o próprio esquecimento, violência. Uma violência simbólica, não por isso menos potente, que colaborava para manter subjugada ao poder patriarcal a população formalmente livre.

A concentração fundiária que caracterizou uma colônia de exploração monocultura não desapareceu com a independência política do Brasil, tampouco foi alterada com a Proclamação da República em nosso país. Assim como também não cessaram a violência e o poder de mando dos grandes proprietários rurais, também chamados coronéis. Para Nestor Duarte (1939), o círculo familiar estendia-se à esfera pública. A indeterminação entre as fronteiras que deveriam separar a vida privada da esfera do Estado e dos interesses genuinamente públicos era característica de nossa Primeira República e estava diretamente vinculada à força exercida pelo patriarcado. Conceber o Estado brasileiro como extensão do círculo familiar parece, hoje, não ser prerrogativa dos anos 1930. Mas contra essa concepção de Estado insurgiam-se juristas como Nestor Duarte (1939) e cronistas como Lima Barreto. Em "A Política Republicana" pode-se ler como Lima Barreto satirizava o tratamento privado dos recursos e interesses públicos.

A República no Brasil é o regime da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia. Ninguém admite que se divirja deles e para que não haja divergências, há a 'verba secreta', os reservados deste ou daquele Ministério e os empreguinhos que os mediocres não sabem conquistar por si e com independência. A vida, infelizmente, deve ser uma luta; e quem não sabe lutar,

não é homem. A gente do Brasil, entretanto, pensa que a existência nossa deve ser a submissão aos Acácios e Pachecos, para obter ajudas de custo e sinecuras. Vem disto a nossa esterilidade mental, a nossa falta de originalidade intelectual, a pobreza de nossa paisagem moral e a desgraça que se nota no geral da nossa população. Ninguém quer discutir; ninguém quer agitar ideias; ninguém quer dar a emoção íntima que tem da vida e das coisas. Todos querem “comer”. “Comem” os juristas, “comem” os filósofos, “comem” os médicos, “comem” os advogados, “comem” os poetas, “comem” os romancistas, “comem” os engenheiros, “comem” os jornalistas: o Brasil é uma vasta “comilança” (BARRETO, 1918, p. 25).

Para muitos entre nós, a corrupção resume-se em apropriação privada de recursos públicos. No entanto, para compreender sua gênese precisamos compreender de que modo a esfera pública foi concebida por nós e de que modo essa percepção ainda faz parte de nosso cotidiano. Sob essa perspectiva, a apropriação dos recursos públicos para fins privados parece ser apenas um dos sintomas de uma nação em que a violência do poder patriarcal foi regra. Apesar de nossa história oficial insistir numa narrativa idílica acerca desse passado, é preciso reconhecer a força centrípeta exercida pelo senhor de engenho em relação ao que deveria constituir-se como espaço público. Uma esfera pública que emerge em simbiose com esfera privada tem na corrupção apenas o sintoma da violência e do autoritarismo que também fazem parte da nossa história, uma parte silenciada em grande parte dos livros.

A naturalização da desigualdade social também parece ser outro sintoma do poder e violência exercidos pelos grandes proprietários de terra, e sobretudo, a maneira como seus interesses privados vinculavam-se à esfera pública e borravam suas fronteiras. Para teoria política clássica, a emergência do Estado moderno está diretamente ligada à ruptura com o poder familiar, o *pater familias*. No Brasil, o Estado, inclusive a Primeira República, parece ter nascido por força desse *pater familias*. E não são poucos os exemplos dessa vinculação na contemporaneidade.

Nestor Duarte (1939) nos preveniu de que o autoritarismo, representado à época de sua análise pela emergência do Estado Novo, não era o caminho adequado para a construção de novos rumos para o país. Substituir a centralização do poder decisório do coronel por um presidente autoritário não nos ajudaria a romper com essa perspectiva de continuidade e, por que não, promiscuidade entre a esfera privada e a pública. Nas palavras de Edson Nunes (2010), Vargas ‘converteu-se no principal *patron*’¹². A capilaridade do sistema representativo tornava as eleições estatuais dependentes de alianças locais. Uma vez que a força

¹² Mas usualmente chamado no Brasil de Coronel.

econômica dos coronéis declinava, em função do projeto de industrialização nacional, seu poder político expandia-se na mesma medida em que o sistema representativo se consolidava. De suas propriedades e de seus agregados obtinham-se os votos para a formação dos governos estaduais e, subsequente apoio ao governo federal, como se lê em *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal (2012).

UMA HISTÓRIA MENOS IDÍLICA

Assim, uma história bem menos idílica nos revela a gênese de alguns dos problemas que a sociedade contemporânea ainda precisa enfrentar. Avaliar a corrupção como um problema em si, e não como sintoma de um quadro ainda mais grave e abrangente, não nos auxiliará a encontrar rumos adequados para a condução da vida coletiva.

O que parece evidente com a obra de Lima Barreto é que essa percepção sobre o Brasil não era compartilhada apenas por acadêmicos que buscavam interpretar nosso país e compreender nossos desafios. Essa percepção também está presente na obra literária do 'Triste Visionário'. No trecho da crônica "A Política Republicana", transcrito anteriormente, pode-se ler mais do que a caracterização de nossa República como um regime de corrupção, marcado pela soberania do interesse privado satiricamente justificado pela imperiosa necessidade de "comer". Pode-se ler: "A vida, infelizmente, deve ser uma luta; e quem não sabe lutar, não é homem. A gente do Brasil, entretanto, pensa que a existência nossa deve ser a submissão aos Acácios e Pachecos, para obter ajudas de custo e sinecuras". A compreensão de que é preciso lutar para viver está intimamente relacionada à trajetória de Lima Barreto. Mas, também faz parte de sua trajetória e de suas observações sobre o Brasil, a existência daqueles que estendem suas demandas pessoais à esfera pública, como se uma fosse simples continuação da outra e, deste modo, estivessem diretamente vinculadas. Tratam-na, assim, como mera extensão de suas relações pessoalizadas recorrendo a 'Pachecos e Acácios'. E pior, submetem-se apenas para atingir seus fins privados. Numa clara alusão ao poder subjugador do patriarcado como forma de organização política e social que conhecemos, ao contrário de submeter os entes e agentes públicos aos interesses coletivamente constituídos.

Através do texto satírico de Lima Barreto nos deparamos, nas primeiras décadas do século XX, com um comportamento social que reitera antigas práticas. O Estado (pouco) republicano e seus agentes públicos pareciam converter-se, paulatinamente, em personagens do patriarcado.

São muitas e intensas as correlações entre a leitura pessimista sobre a vida política brasileira que se depreende da obra literária de Lima Barreto e aquelas que podemos ler em Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal e mais contemporaneamente em Edson Nunes. Esse programa de leitura coloca alunos do curso de administração pública diante de desafios seculares, os quais acompanham a história de nossa República e da nossa organização social e política, qual seja: o patriarcalismo, a misoginia, o patrimonialismo, o coronelismo, a corrupção, a desigualdade social, o racismo e outras formas de violência e intolerância.

Desafios que parecem disputar espaço com a narrativa idílica sobre o Brasil. Essa última expressão de ‘harmoniosa coexistência pacífica’ entre as três ‘raças’ fundadoras do nosso país e nossa história. Corroborando para a percepção do país como um lugar pacífico de gente amistosa. Essas duas narrativas são concorrentes e as contradições que elas expõem têm se tornado cada vez mais evidentes.

Se não podemos explicar nosso presente apenas como um espelho desbotado de nosso passado, tampouco podemos ignorar os caminhos que nos trouxeram até aqui. Precisamos negociar com nosso mito de origem, as razões autoritárias, sempre autoritárias, de sua própria constituição. E compreender em que medida a violência geradora de uma história idílica era a mesma que ansiava o esquecimento sobre as violências perpetradas pelos séculos de escravidão. Fato é que a violência, ‘esquecida’, renitente permaneceu entre nós. E segue reproduzindo-se nos dados estatísticos, seja de emprego, renda ou mortalidade, segue também nos discursos de ódio propagados nas redes sociais. Como argumenta Safatle (2019) a violência que impõe o esquecimento é de natureza distinta da violência física, é violência simbólica, ela interdita a memória das vítimas (ou dos sobreviventes). Esse esquecimento também oblitera a possibilidade de enxergarmos com mais nitidez as contradições que construímos e com as quais convivemos.

A leitura daqueles que se tornaram clássicos do pensamento social brasileiro nos ajuda a compreender de modo crítico nosso passado e assim, pode nos ajudar a conceber um futuro, em nossos próprios termos, em meio as ‘dores e delícias’ de sermos quem nos tornamos como nação. Nesse mesmo sentido, a obra crítica e satírica de Lima Barreto sobre o Brasil que observou oferece a possibilidade de enxergar o passado através de suas lentes. Quase cem anos nos separam da primeira publicação póstuma de “Os Bruzundangas” qual espanto, nos depararmos com um romance satírico que nos remete a ausência de participação cidadã em processos decisórios e estranha idolatria pelos povos do norte. Aliás, no Brasil, ser chamado de cidadão pode representar grave ofensa. Essa alcunha destitui

os sujeitos de laços de pessoalidade, de títulos ou 'medalhões' com os quais aprendemos a nos relacionar numa sociedade intensamente hierarquizada, como argumenta DaMatta (1997).

Identificar as violências históricas, as diferentes formas de resistências, incluindo a literária, como pode-se ler em Lima Barreto, também nos ajuda a compreender os limites e as contradições de nossa histórica idílica, já suficientemente assinaladas.

DESTERRADOS

“Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (Buarque de Holanda, 1995, p. 31). O trecho anteriormente transcrito é revelador da inadequação das formas de convívio, instituições e ideias exógenas praticadas em nossa realidade *sui generis*. Esse universo de representações e instituições transposto de realidades distintas adaptam-se mal às relações que construímos em nosso país, uma ex-colônia de exploração monocultora, latifundiária, escravocrata e finalmente, patriarcal. Importando ideias e instituições exógenas à nossa realidade não pudemos construir, entre nós, acordos coletivos duráveis. A associação entre iguais em valor e consideração, que orienta as democracias representativas e os ideais republicanos, parece ‘ter sido sempre um grande mal entendido entre nós’. Almejamos tais instituições e ideias, no entanto, as relações constituídas são de outra natureza, qual seja, autoritária e hierarquizante. Relações que revelam nosso passado, mas que também explicam nosso presente, pois, em parte, essas relações parecem se perpetuar por mecanismos sub-reptícios, como nossos próprios discursos. “– *Cidadão? Cidadão não! Doutor fulano de tal*”, narrativas como essa são reveladoras de nossas relações sociais, de nossa concepção do que é cidadania e, por conseguinte do lugar que a cidadania ocupa em nossas representações. A igualdade formal, frente às instituições públicas de Estado, parece não fazer parte de nossa concepção de República. Ao contrário de ser cultivada, tem sido peremptoriamente rechaçada. A igualdade formal é o ponto de partida para conquista e consolidação de direitos civis, políticos e sociais, que sem ela são apenas quimeras.

Assim como esclarecido no passado, por Sérgio Buarque de Holanda, também não acredito que o autor tenha feito uso de metodologia weberiana para dizer que nossa ausência de associativismo e cooperação (entre iguais) – subsídios necessários aos ideais republicanos –, sejam congênicas. Assim nada há

de atávico em nosso comportamento social, ou seja, não está em nosso sangue. Como também não são consanguíneas nossa aparente aversão à igualdade formal e às associações que garantiriam nossa participação (como membros de uma nação) nos rumos da vida coletiva.

A despeito de reconhecermos uma certa perspectiva evolucionista na sociologia da religião de Weber (2000) sua aplicação no caso brasileiro parece ter sido insuficiente para promover as consequências já alegadas, qual ser responsável por cultivarmos uma visão negativa sobre nós mesmos como povo e nação. A sociologia compreensiva de Weber permite o entendimento acerca dos sentidos e significados de ações sociais, aquelas em que os atores sociais consideram, ao agir, a expectativa que outro ou outros indivíduos têm de sua própria ação. Esse caminho teórico e metodológico permite a compreensão de aspectos subjetivos que compõem a vida social, inclusive nossa organização política. A ausência de associativismo, de cooperação, de planejamento de médio e longo prazo foram diretamente vinculadas por Sérgio Buarque de Holanda ao comportamento cultural do colonizador, mas foram igualmente vinculadas pelo autor à relação de exploração monocultora e escravocrata consolidada pelos colonizadores, marcada também pelo latifúndio rural. Nesse sentido, foram vários os fatores reunidos para explicar as condições de nossa organização social e política que culminaram na República Oligárquica que vicejou por aqui até os anos 1930 do século passado. Os mesmos argumentos foram utilizados por Buarque de Holanda contra a emergência de um discurso de ‘retorno à tradição’ ou de conservação dos valores culturais que fundaram a nossa sociedade. Para o autor, nossa tradição, até então conservada nas instituições republicanas, não permitiria a superação das limitações que nosso passado colonial havia nos legado. Tampouco o autoritarismo atualizado, com o Estado Novo sob a alcunha de modernização, poderia fazê-lo.

Assim o ‘desterro’ de Buarque de Holanda nos remete aos ‘Robinsons’ de Lima Barreto. Não temos uma associação de livres e iguais para a condução da vida coletiva. Não nos sentimos partícipes de processos decisórios acerca da nação da qual deveríamos tomar parte. Ainda temos em cada casa uma *res publica*. Assim dispomos de uma República de *jure* sem tê-la de fato. Também não somos o Brasil Império, parece que estamos mesmo à espera do tal navio para nos “*buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou*”.

E apesar de almejarmos os ideais republicanos, assim como nosso hino da proclamação almejou a igualdade entre negros libertos e seus ex-senhores, desconhecemos a força centrípeta exercida pelo *pater familias* em nossa organização social e política, uma força forjada no vácuo do associativismo e sob os

auspícios de um projeto de colonização exploradora, monocultora, latifundiária e escravagista. E assim desconhecemos sobre que bases a corrupção, a misoginia, o racismo e outras formas de violência estão assentadas e como se reproduziram entre nós. Desconhecemos também os mecanismos mais contemporâneos de sua manutenção.

Desde que Sérgio Buarque de Holanda (1995) esclareceu que a cordialidade é o avesso da civilidade, exatamente por reconhecermos como pares apenas aqueles a quem podemos estender nossos laços de parentela ou de familiaridade, alguns de nós deixamos de nos orgulhar da cordialidade. Observando-a apenas como uma evidência das relações pessoalizadas que ocupam, inclusive e sobremaneira, os espaços públicos. A cordialidade tornou-se, para esses, uma evidência do espraiamento das relações patriarcais num cenário republicano. Mas seguimos, nos orgulhamos da hospitalidade, da amabilidade e de sermos um 'povo pacífico'. A despeito das taxas de mortalidade que temos ostentado tanto no passado recente quanto na contemporaneidade. Taxas que revelam a mortalidade vergonhosa de jovens negros brasileiros. A história idílica de nossa formação como povo e nação é signatária desse orgulho.

As revoltas, as rebeliões, os inúmeros conflitos do passado e, aqueles que observamos mais recentemente, são obliterados. Assim como também já almejamos encobrir as consequências da escravidão em nosso hino republicano, aliás nada mais sintomático da 'República' que seria construída nesses termos. Não é só a história de vida de Lima Barreto que nos revela outro Brasil. Sua obra literária, assim como a obra de clássicos do pensamento social brasileiro, também apresentam uma história bem menos idílica sobre nosso país. Certamente mais violenta, porque assentada em um autoritarismo nascido do espírito sobranceiro do colonizador, do tipo de colonização empreendido por aqui e das estruturas sociais e políticas que emergiram neste contexto.

O autoritarismo contido nas fundações de nossa organização social e política não figura para a maioria de nós como nexos causal das violências cotidianas. E desse modo, qualquer projeto de futuro continuará marcado por nossas contradições de origem. Esquecemos nosso passado, e como esquecidos de um naufrágio, aguardamos que um navio, ou um salvador da pátria mais comumente, venha nos resgatar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visitar os clássicos do pensamento social brasileiro é tão importante para compreender a gênese do Brasil quanto visitar clássicos da literatura. Lima Barreto é sem dúvida uma leitura imprescindível que subsidia o trabalho de todo pesquisador interessado em nossa Primeira República, e como visionário que era, também aos que se interessam pelas Repúblicas com as quais os brasileiros conviveriam nos anos subsequentes.

Seu texto ácido, sua sátira e, por vezes, seu pessimismo sobre nossa nação e nossos cidadãos (em negativo) são reveladores de uma história menos idílica acerca de nossa república e da formação do povo brasileiro. Sua crítica aos ‘favorecimentos’, marca indelével da confusão entre esfera pública e privada que aqui se instaurou, caracterizou sua crítica mordaz e antecipou nossas preocupações contemporâneas. O texto de Lima Barreto, apesar de ficção, nos remete às etnografias ao mesmo tempo em que parece ser autobiográfico. O Brasil dos “Bruzundangas”, escrito na década de 1920 parece revelar nossa contemporaneidade.

Dessa compreensão crítica e pessimista sobre o Brasil, formulada pelo cronista, jornalista e romancista Lima Barreto, devemos compreender que nossas contradições, como nação, deveriam orientar nosso olhar para o futuro. A consolidação de direitos civis, políticos e sociais ainda representa para os brasileiros, infelizmente mais para uns do que para outros, um longo caminho a ser percorrido. A cidadania é um valor que precisa ser cultivado entre nós. Para esse cultivo é necessário expor as consequências do autoritarismo, fundamento de nossas relações patriarcais que parecem, ainda, orientar muitos de nós. Essa é a força geradora de muitas violências cotidianas. A confusão entre a esfera pública e a privada não encerra tal confusão apenas na corrupção e nos ‘favorecimentos’ de toda ordem. Ela é um impeditivo para construção de um sentimento de solidariedade social que ultrapasse as soleiras de cada casa, ou de cada rede de relações personalizadas tecidas para a sobrevivência social na ausência da cidadania de fato. Qualquer projeto de futuro deveria incluir a compreensão das violências de nosso passado, entre elas, o esquecimento imposto a muitas vítimas e sobreviventes dessa ausência de cidadania, que tem nos acompanhado até aqui. Assim, ao invés de aguardar o navio, como naufragos, poderemos nos tornar os timoneiros, de fato e não apenas de *jure*, desta nação.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas** [1923]. São Paulo: L&PM, 2010.
- BARRETO, Lima. Transatlantismo. **Careta**, 8 de julho de 1922.
- BARRETO, Lima. A Política Republicana [1918]. *In: Marginalia*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, Universidade de São Paulo.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DAMATTA, Roberto. Teoria e Prática do: sabe com quem está falando? *In: Carnavais, Malandros e Heróis*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. Ebooksbrasil, 2006.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro**. 4ª edição. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.
- LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2012.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, nov. 2006.
- NUNES, Edson de Oliveira. **A Gramática Política do Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. **Do uso da Violência Contra o Estado Ilegal**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto, Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume I. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

